

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30/06/2018 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda. - SICOOB COOPACREDI na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2018 o SICOOB COOPACREDI completa 28 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2018, o SICOOB COOPACREDI obteve um resultado de R\$7.125.522,40 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 12,17%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$68.654.546,57. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$155.308.498,33.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$82.326.097,12	53,01%
Carteira Comercial	R\$72.982.401,21	46,99%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2018 o percentual de 17,22% da carteira, no montante de R\$26.725.565,02.

4. Captação

As captações, no total de R\$100.727.706,11, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 16,78%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$31.919.860,94	31,69%
Depósitos a Prazo	R\$56.347.654,31	55,94%
LCA	R\$12.460.190,86	12,37%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2018 o percentual de 22,93% da captação, no montante de R\$23.095.402,51.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPACREDI era de R\$51.682.580,57. O quadro de associados era composto por 5.322 cooperados, havendo um acréscimo de 6,85% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPACREDI adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,82% nos níveis de “A” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2021, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPACREDI aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos empregados, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No 1º semestre de 2018, a Ouvidoria do SICOOB COOPACREDI registrou 06 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

As 06 reclamações foram consideradas improcedentes.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a

sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados e colaboradores pela dedicação.

Patrocínio/MG, 27 de agosto de 2018.

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Givago José Rodrigues Borges de Paiva
Diretor Financeiro

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocinio e Região Ltda.
SICOOB COOPACREDI

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO		30/06/2018	30/06/2017
Circulante	Nota	188.816.890,10	157.439.274,77
Disponibilidades		872.341,88	610.226,23
Relações Interfinanceiras	5	68.662.827,15	65.337.988,44
Correspondentes		8.280,58	6.622,15
Centralização Financeira - Cooperativas		68.654.546,57	65.331.366,29
Operações de Crédito	6	118.597.604,09	90.607.875,94
Operações de Crédito		125.559.284,87	95.870.304,07
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(6.961.680,78)	(5.262.428,13)
Outros Créditos	7	599.935,11	812.314,90
Créditos por Avais e Fianças Honrados		36.909,31	60.200,09
Rendas a Receber		363.982,00	511.740,03
Diversos		225.530,19	269.743,91
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(26.486,39)	(29.369,13)
Outros Valores e Bens	8	84.181,87	70.869,26
Outros Valores e Bens		296,00	-
Despesas Antecipadas		83.885,87	70.869,26
Realizável a Longo Prazo		30.367.548,71	24.991.183,82
Operações de Crédito	6	29.749.213,46	24.405.145,70
Operações de Crédito		29.749.213,46	24.405.145,70
Outros Créditos	7	618.335,25	586.038,12
Diversos		618.335,25	586.038,12
Permanente		18.165.418,06	16.511.786,99
Investimentos	9	11.655.906,07	10.003.574,58
Participações em Cooperativas		11.574.836,73	9.936.752,44
Outros Investimentos		81.069,34	66.822,14
Imobilizado em Uso	10	6.509.151,67	6.506.875,68
Imóveis de Uso		5.111.346,51	5.111.346,51
Outras Imobilizações de Uso		2.564.061,75	2.422.009,35
(Depreciações Acumuladas)		(1.166.256,59)	(1.026.480,18)
Intangível		360,32	1.336,73
Ativos Intangíveis		5.627,32	5.627,32
(Amortização Acumulada)		(5.267,00)	(4.290,59)
TOTAL DO ATIVO		237.349.856,87	198.942.245,58

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Givago Jose Rodrigues Borges de Paiva
Diretor Financeiro

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contador – CRC nº: 084.721

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda.
SICOOB COOPACREDI
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos reais – R\$)

P A S S I V O		30/06/2018	30/06/2017
Circulante	Nota	165.145.786,75	139.514.637,63
Depósitos	11	88.267.515,25	86.252.550,25
Depósitos à Vista		31.919.860,94	29.374.401,44
Depósitos a Prazo		56.347.654,31	56.878.148,81
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12	12.460.190,86	6.499.299,66
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares		12.460.190,86	6.499.299,66
Relações Interfinanceiras	13	21.417.060,15	17.143.829,44
Repasse Interfinanceiros		21.417.060,15	17.143.815,84
Correspondentes		-	13,60
Relações Interdependências	14	86.434,00	87.884,30
Recursos em Trânsito de Terceiros		86.434,00	87.884,30
Obrigações Por Empréstimos	13	-	34.991,69
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	34.991,69
Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais	13	39.507.631,15	26.175.967,51
Outras Instituições		39.507.631,15	26.175.967,51
Outras Obrigações	15	3.406.955,34	3.320.114,78
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		105.022,69	118.945,46
Sociais e Estatutárias	15.1	1.268.888,27	1.239.639,33
Fiscais e Previdenciárias	15.2	258.413,16	246.308,43
Diversas	15.3	1.774.631,22	1.715.221,56
Exigível a Longo Prazo		13.676.084,35	11.456.740,82
Relações Interfinanceiras	13	13.051.025,09	10.864.434,52
Repasse Interfinanceiros		13.051.025,09	10.864.434,52
Outras Obrigações	15	625.059,26	592.306,30
Diversas	15.3	625.059,26	592.306,30
Patrimônio Líquido		58.527.985,77	47.970.867,13
Capital Social	17	37.717.091,41	34.079.277,80
De Domiciliados no País		37.803.450,80	34.171.787,25
(Capital a Realizar)		(86.359,39)	(92.509,45)
Reserva de Lucros		14.031.114,77	8.507.449,11
Sobras Acumuladas		6.779.779,59	5.384.140,22
TOTAL		237.349.856,87	198.942.245,58

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Givago Jose Rodrigues Borges de Paiva
Diretor Financeiro

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contador – CRC nº: 084.721

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda.
SICOOB COOPACREDI

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos reais – R\$)

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		11.545.032,50	11.137.781,64
Operações de Crédito	6h	11.545.032,50	11.137.781,64
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(5.841.200,92)	(7.123.682,00)
Operações de Captação no Mercado	11	(2.026.170,92)	(3.348.374,45)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13	(2.851.894,36)	(2.331.841,21)
Provisão para Operações de Créditos		(963.135,64)	(1.443.466,34)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		5.703.831,58	4.014.099,64
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		1.789.436,60	2.224.527,27
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		1.176.177,81	742.237,94
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		837.686,54	774.013,93
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(2.984.730,64)	(2.847.843,53)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(2.386.955,51)	(2.340.385,77)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(126.691,62)	(82.193,84)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.225.829,92	3.479.489,36
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	3.276.623,87	2.806.735,38
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	20	(228.503,77)	(307.526,20)
Resultado Operacional		7.493.268,18	6.238.626,91
Resultado Não Operacional	21	(8.689,38)	(6.349,59)
Resultado Antes da Tributação/Participações		7.484.578,80	6.232.277,32
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(99.943,34)	(53.323,51)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(75.980,81)	(44.269,12)
Participação no Lucro (Sobra)		(183.132,25)	(203.772,07)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		7.125.522,40	5.930.912,62
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	18	345.742,81	546.772,40
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO APÓS O JUROS AO CAPITAL		6.779.779,59	5.384.140,22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Givago Jose Rodrigues Borges de Paiva
Diretor Financeiro

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contador – CRC nº: 084.721

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda.
SICOOB COOPACREDI

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital		Reservas de	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Sobras Legal		
SalDOS em 31/12/2016	31.928.809,25	(63.875,50)	7.261.377,33	2.492.143,57	41.618.454,65
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	1.246.071,78	(1.246.071,78)	-
Ao Capital	1.241.516,89	-	-	(1.241.516,89)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(4.554,90)	(4.554,90)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.410.357,23	(28.633,95)	-	-	1.383.054,64
Por Devolução (-)	(396.526,12)	-	-	-	(397.857,48)
Estorno Capital Subscrito	(12.370,00)	-	-	-	(12.370,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	5.930.912,62	5.930.912,62
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(546.772,40)	(546.772,40)
SalDOS em 30/06/2017	34.171.787,25	(92.509,45)	8.507.449,11	5.384.140,22	47.970.867,13
SalDOS em 31/12/2017	36.303.521,52	(83.050,94)	11.780.732,48	4.500.764,59	52.501.967,65
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	2.250.382,29	(2.250.382,29)	-
Ao Capital	2.231.809,17	-	-	(2.231.809,17)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(18.573,13)	(18.573,13)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	798.414,01	(3.308,45)	-	-	795.105,56
Por Devolução (-)	(1.529.058,90)	-	-	-	(1.529.058,90)
Estorno Capital Subscrito	(1.235,00)	-	-	-	(1.235,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	7.125.522,40	7.125.522,40
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(345.742,81)	(345.742,81)
SalDOS em 30/06/2018	37.803.450,80	(86.359,39)	14.031.114,77	6.779.779,59	58.527.985,77

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Givago Jose Rodrigues Borges de Paiva
Diretor Financeiro

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contador – CRC nº: 084.721

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda.
SICOOP COOPACREDI
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018
E DE 2017

(Valores expressos reais – R\$)

DESCRIÇÃO	30/06/2018	30/06/2017
Atividades Operacionais		
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	7.484.578,80	6.232.277,32
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
IRPJ / CSLL	(175.924,15)	(97.592,63)
Provisão para Operações de Crédito	(1.305.946,60)	(409.802,85)
Depreciações e Amortizações	133.068,57	131.039,70
Participação dos Funcionários nos Lucros	(183.132,25)	(203.772,07)
Provisão de Juros ao Capital	(345.742,81)	(546.772,40)
	5.606.901,56	5.105.377,07
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais		
Operações de Crédito	(20.157.850,83)	(12.956.002,38)
Outros Créditos	4.533,24	260.092,96
Outros Valores e Bens	(6.900,50)	(50.030,04)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos a Vista	5.919.381,04	5.865.362,90
Depósitos a Prazo	4.056.427,38	3.826.563,58
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.749.568,69	1.717.151,17
Outras Obrigações	228.667,18	271.965,78
Relações Interdependências	(3.629.384,75)	(5.883.384,28)
Relações Interfinanceiras	5.585.746,30	3.172.720,98
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.673.936,80)	(3.245.606,14)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(2.316.847,49)	(1.915.788,40)
Atividades de Investimentos		
Alienação de Imobilizações de Uso	16.061,35	-
Inversões em Imobilizado de Uso	(194.899,95)	(105.669,70)
Inversões em Investimentos	(1.649.270,20)	(1.191.714,14)
Baixa Imobilizado	-	2.062,38
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.828.108,80)	(1.295.321,46)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	795.105,56	1.381.723,28
Devolução de Capital à Cooperados	(1.529.058,90)	(396.526,12)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(18.573,13)	(4.554,90)
Estorno Capital Subscrito	(1.235,00)	(12.370,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(753.761,47)	968.272,26
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(4.898.717,76)	(2.242.837,60)
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Início do Período	74.433.886,79	68.191.052,27
No Fim do Período	69.535.169,03	65.948.214,67
Varição Líquida das Disponibilidades	(4.898.717,76)	(2.242.837,60)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Givago Jose Rodrigues Borges de Paiva
Diretor Financeiro

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contador – CRC nº: 084.721

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda. - SICOOB
COOPACREDI
CNPJ - 65.229.254/0001-21**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2018 e 30/06/2017
(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)**

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda. - SICOOB COOPACREDI é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/10/1990, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPACREDI possui Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Guimarães, Serra do Salitre, São João da Serra Negra e Coromandel.

O SICOOB COOPACREDI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Presidente do Conselho de Administração Celio Machado de Castro e o Diretor Financeiro Givago Jose Rodrigues Borges de Paiva em sua reunião datada de 27/08/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.

Em consonância com a Resolução CMN 4.434/15 inciso II do artigo 45, não é mais objeto da auditoria externa a revisão das demonstrações contábeis relativas ao 1º semestre das cooperativas singulares, conseqüentemente as demonstrações contábeis estão sendo publicadas/divulgadas sem a opinião dos auditores externos.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis,

acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Caixa e depósitos bancários	872.341,88	610.226,23
Relações interfinanceiras – centralização financeira	68.654.546,57	65.331.366,29
Total	69.526.888,45	65.941.592,52

5. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Correspondentes	8.280,58	6.622,15
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	68.654.546,57	65.331.366,29
Total	68.662.827,15	65.337.988,44

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	113.565,21	-	113.565,21	107.757,16
Cheque Especial / Conta Garantida	2.818.722,17	-	2.818.722,17	2.339.247,57
Empréstimos	40.677.373,71	17.730.418,16	58.407.791,87	41.231.056,24
Financiamentos	3.127.423,81	3.145.744,93	6.273.168,74	6.433.217,95
Títulos Descontados	5.369.086,03	67,19	5.369.153,22	6.338.987,29
Financiamento Rural Próprio	7.991.865,09	-	7.991.865,09	10.802.917,98
Financiamento Rural Repasses	65.461.248,85	8.872.983,18	74.334.232,03	53.022.265,58
(-) Provisão para Perda com Op. de Crédito	(6.961.680,78)	-	(6.961.680,78)	(5.262.428,13)
Total	118.597.604,09	29.749.213,46	148.346.817,55	115.013.021,64

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017
AA	-	Normal	444.583,53	-	760.400,54	-
A	0,50%	Normal	35.780.958,93	(178.904,82)	53.367.698,68	(266.838,58)
B	1%	Normal	83.080.270,39	(830.802,85)	48.561.976,44	(485.619,89)
B	1%	Vencidas	215.752,20	(2.157,52)	113.141,14	(1.131,41)
C	3%	Normal	22.295.949,66	(668.878,61)	9.401.129,61	(282.033,96)
C	3%	Vencidas	792.003,61	(23.760,11)	695.355,97	(20.860,68)
D	10%	Normal	5.661.234,04	(566.123,50)	1.497.935,90	(149.793,63)
D	10%	Vencidas	36.153,65	(3.615,37)	146.979,80	(14.697,98)

E	30%	Normal	2.019.069,84	(605.721,06)	482.122,14	(144.636,68)
E	30%	Vencidas	77.939,09	(23.381,73)	432.019,52	(129.605,89)
F	50%	Normal	621.180,35	(310.590,23)	489.814,40	(244.907,27)
F	50%	Vencidas	131.646,98	(65.823,50)	870.758,61	(435.379,42)
G	70%	Normal	1.564.834,93	(1.095.384,64)	1.193.834,24	(835.684,19)
G	70%	Vencidas	1.280,98	(896,69)	36.814,12	(25.769,89)
H	100%	Normal	1.237.553,37	(1.237.553,37)	979.724,96	(979.724,96)
H	100%	Vencidas	1.348.086,78	(1.348.086,78)	1.245.743,70	(1.245.743,70)
Total Normal			152.705.635,04	(5.493.959,08)	116.734.636,91	(3.389.239,15)
Total Vencido			2.602.863,29	(1.467.721,70)	3.540.812,86	(1.873.188,98)
Total Geral			155.308.498,33	(6.961.680,78)	120.275.449,77	(5.262.428,13)
Provisões			(6.961.680,78)	-	(5.262.428,13)	-
Total Líquido			148.346.817,55	-	115.013.021,64	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	20.254.057,15	20.423.316,56	17.730.418,16	58.407.791,87
Títulos Descontados	-	4.974.637,31	394.448,72	67,19	5.369.153,22
Financiamentos	-	892.348,55	2.235.075,26	3.145.744,93	6.273.168,74
Financiamentos Rurais	-	32.890.079,85	40.563.034,09	8.872.983,18	82.326.097,12
Adiantamento a Depositantes	113.565,21	-	-	-	113.565,21
Cheque Especial / Conta Garantida	2.818.722,17	-	-	-	2.818.722,17
Total	2.932.287,38	59.011.122,86	63.615.874,63	29.749.213,46	155.308.498,33

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

ATIVIDADE ECONÔMICA	CONTA CORRENTE	CREDITO RURAL	EMPRÉSTIMO	TÍTULOS DESCONTADOS	Total Geral
Pessoa Física	1.471.811,12	81.790.225,56	47.671.472,59	2.231.157,78	133.164.667,05
Set. Priv. Atv. Agenciamento. Turismo	8,72	-	11.354,68	-	11.363,40
Set. Priv. Atv. Emp. Agropecuária	21.691,52	-	860.686,24	89.253,97	971.631,73
Set. Priv. Atv. Emp. Comércio	342.173,65	535.871,56	3.620.300,17	1.321.934,05	5.820.279,43
Set. Priv. Atv. Emp. Indústria	5.421,87	-	13.915,76	-	19.337,63
Set. Priv. Outros Serviços	1.091.164,17	-	12.261.921,53	1.726.807,42	15.079.893,12
Set. Priv. Com. Compra. Venda. Imóveis	16,33	-	241.309,64	-	241.325,97
Total Geral	2.932.287,38	82.326.097,12	64.680.960,61	5.369.153,22	155.308.498,33

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	8.267.627,38	5.672.230,98
Constituições/Reversões no período	1.012.108,28	1.574.200,97
Transferência para Prejuízo no período	(2.318.054,88)	(1.984.003,82)
Total	6.961.680,78	5.262.428,13

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	2.207.841,76	1,42%	2.126.334,96	1,77%
10 Maiores Devedores	15.688.026,91	10,10%	14.672.395,86	12,20%
50 Maiores Devedores	51.024.193,47	32,85%	45.002.976,31	37,42%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	5.898.753,24	4.994.283,67
Valor das operações transferidas no período	2.318.054,88	1.984.003,82
Valor das operações recuperadas no período	(250.269,52)	(986.447,08)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.175,01)	0,00
Total	7.965.363,59	5.991.840,41

h) Receitas de Operações de Crédito:

Rendas de Operações de Crédito	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de Adiantamentos a depositantes	71.052,28	60.731,28
Rendas de Empréstimos	6.242.954,64	5.123.857,45
Rendas de Títulos Descontados	831.562,99	915.187,10
Rendas de Financiamentos	672.160,22	743.536,56
Rendas de Finan Rurais - Aplic. Livres	-	1.071.656,34
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Repas. e Refin.	782.423,88	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Livres	611.278,17	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Com Rec. Livres	453.094,42	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Com Rec. Direc. da Poup. Rural	-	18,46
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Com Rec. Direc. de LCA	1.639.630,65	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Obrigatórias	-	2.219.893,57
Rendas de Financ. Agroindustriais	232.655,43	998.994,47
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.219,82	3.906,41
Total de Operações de Crédito	11.545.032,50	11.137.781,64

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Créditos por Avais e Fianças Honrados	36.909,31	60.200,09
Rendas a Receber (a)	363.982,00	511.740,03
Devedores por Depósito e Garantia (b)	618.335,25	586.038,12
Títulos e Créditos a Receber (c)	38.682,74	46.031,52
Devedores Diversos (d)	186.847,45	223.712,39
(-) Provisão para Outros Créditos	(26.486,39)	(29.369,13)
Total	1.218.270,36	1.398.353,02

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOP CENTRAL CREDIMINAS (R\$357.059,22), rendas a receber da previdência social - INSS (R\$1.171,98) e rendas de tributos federais, estaduais e municipais (R\$5.750,80);

- (b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: , COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$570.989,88) e outros (R\$47.345,37);
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$38.682,74);
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados os adiantamento de 13º salário aos colaboradores (R\$102.309,46), adiantamento de gratificação (R\$17.984,26), adiantamento de férias aos colaboradores (R\$5.302,07), adiantamento de FGTS - 13º salário (R\$8.184,78), impostos e contribuições a compensar (R\$31.156,59) e pendências a regularizar (R\$15.009,45), adiantamento para despesa de viagem (R\$5.100,00) e outros (R\$1.800,84).

8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Material em Estoque	296,00	-
Despesas Antecipadas	83.885,87	70.869,26
Total	84.181,87	70.869,26

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$83.885,87, referentes a prêmios de seguros (R\$32.181,65), contribuição cooperativista (R\$43.347,05) e, IPTU (R\$2.180,95), IPVA (R\$5.408,22) e outras (R\$768,00).

9. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Movimentação dos investimentos

Descrição	SICOOB CENTRAL CREDIMINAS	BANCOOB	Total
Saldos em 31/12/2016	8.745.038,30	66.822,14	8.811.860,44
Investimentos	1.191.714,14	-	1.191.714,14
Saldos em 30/06/2017	9.936.752,44	66.822,14	10.003.574,58
Saldos em 31/12/2017	9.939.813,73	66.822,14	10.006.635,87
Investimentos	1.635.023,00	14.247,20	1.649.270,20
Saldos em 30/06/2018	11.574.836,73	81.069,34	11.655.906,07

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	30/06/2018	30/06/2017
Imobilizações em Curso	(*)	252.224,00	224.429,22
Terrenos	-	5.111.346,51	5.111.346,51
Instalações/Móveis e Equipamentos	10%	1.149.467,98	1.123.754,46
Sistema de Processamento de Dados	20%	671.162,53	628.061,55
Sistemas de Comunicação	10%	48.850,42	40.563,10
Sistema de Transportes	20%	258.423,24	237.122,94

Sistema de Segurança	10%	183.933,58	168.078,08
TOTAL		7.675.408,26	7.533.355,86
Depreciação acumulada		(1.166.256,59)	(1.026.480,18)
TOTAL		6.509.151,67	6.506.875,68

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	31.919.860,94	29.374.401,44
Depósito a Prazo	56.347.654,31	56.878.148,81
Total	88.267.515,25	86.252.550,25

Os depósitos, até o limite de R\$250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN n° 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN n° 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Depósitos a Prazo	1.623.001,71	3.022.230,48
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	334.164,59	261.812,82
Despesas Contribuição ao Fundo Garantidor	69.004,62	64.331,15
Total	2.026.170,92	3.348.374,45

12. Recursos de aceite e emissão de Títulos

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	12.460.190,86	6.499.299,66

Total	12.460.190,86	6.499.299,66
--------------	----------------------	---------------------

As letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão da Cooperativa que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

13. Relações interfinanceiras / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2018	30/06/2017
Sicoob Central Crediminas	De 5,5 % Até 9,5 % a.a.	Até 09/2021	482.704,63	1.132.633,48
BANCOOB	De 2,5 % Até 9,5 % a.a.	Até 06/2023	33.985.380,61	26.910.608,57
Outros	8,5% a.a	31/10/2018	39.507.631,15	26.175.967,51
Total			73.975.716,39	54.219.209,56

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	30/06/2018	30/06/2017
Sicoob Central Crediminas	20.346,96	57.658,10
BANCOOB	1.083.440,51	955.513,43
Outros	1.748.106,89	1.318.669,68
Total	2.851.894,36	2.331.841,21

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Concessionários de Serviços Públicos	86.434,00	87.884,30
Total	86.434,00	87.884,30

15. Outras Obrigações

a. Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	106.457,27	820,46
Cotas de capital a pagar (b)	576.676,73	457.328,85
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	216.991,62	203.772,07
Juros ao Capital (d)	345.742,81	546.772,40
Outras obrigações	23.019,84	30.945,55
Total	1.268.888,27	1.239.639,33

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

- (b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.
- (c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2019.
- (d) A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

b. Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	58.435,85	50.142,87
Impostos e contribuições a recolher	199.977,31	196.165,56
Total	258.413,16	246.308,43

c. Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Pessoal	670.219,01	646.953,85
Outras Despesas Administrativas (a)	180.630,08	177.057,40
Cheques Descontados (b)	48.956,55	313.335,52
Credores Diversos – País (c)	566.436,66	500.773,12
Provisão para Passivos Contingentes	625.059,26	592.306,30
Provisões para Garantias Prestadas (d)	308.388,92	77.101,67
Total	2.399.690,48	2.307.527,86

- (a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com transporte (R\$2.275,60), contribuições a pagar (R\$20.373,34), seguro prestamista (R\$100.326,27) e outras (R\$57.618,87);
- (b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 30/06/2018;
- (c) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$136.728,53), créditos de terceiros (R\$171.203,90), valores a repassar ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS pela prestação de serviços (R\$56.844,63), credores diversos-liquidação cobrança (R\$190.213,24) e outros (R\$11.446,36);
- (d) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 30 de junho de 2018, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Coobrigações	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2017
AA		1.239.933,88	-	10.665.064,23	-
A	0,5%	5.423.441,54	(27.117,42)	9.996.017,24	(49.980,31)
B	1%	13.923.575,64	(139.235,58)	1.962.002,44	(19.619,90)
C	3%	3.365.758,41	(100.972,80)	60.979,78	(1.829,40)
D	10%	107.835,12	(10.783,55)	25.796,35	(2.579,65)
E	30%	53.499,39	(16.049,84)	5.667,24	(1.700,18)
F	50%	9,86	(4,94)	0,03	(0,02)
G	70%	5.481,74	(3.837,21)	-	-
H	100%	10.387,58	(10.387,58)	1.392,21	(1.392,21)
Total		24.129.923,16	(308.388,92)	22.716.919,52	(77.101,67)

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPACREDI opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	37.717.091,41	34.079.277,80
Associados	5.322	4.981

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 de março de 2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$2.250.382,30 e destinação para o fundo de reservas o valor R\$2.250.382,29.

18. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	121.546,90	69.229,05
Reversão de Outras Provisões Operacionais	-	1.140,91
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	6.381,06	1.985,39
Rendas de Repasses Interfinanceiros	187.238,41	156.636,63
Atualização de Depósitos Judiciais	25.519,42	39.055,27
Rendas de Cartões	418.218,20	239.544,94
Dividendos	14.245,01	15.456,38
Distribuição de Sobras da Central	2.501.872,66	2.283.662,39
Outras Rendas Operacionais	1.602,21	24,42
Total	3.276.623,87	2.806.735,38

(a) Refere-se a devolução de recursos do Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV (R\$17.625,30), recebimento seguro relativo a sinistro (R\$52.151,39) e outros (R\$51.770,21);

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de descontos Concedidos	(22.352,61)	(68.888,38)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(31.038,45)	(56.291,05)
Contribuições ao Fundo Garantidor de depósitos	(1.470,80)	(1.428,36)
Outras Despesas Operacionais	(63.375,42)	(57.591,17)
Provisão para Passivos Contingentes	(25.718,52)	(39.767,90)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(1.872,83)	(2.821,23)
Provisão para Garantias Prestadas (a)	(17.788,73)	(12.945,53)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(2.318,34)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(1.212,84)	-
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(61.355,23)	(67.792,58)
Total	(228.503,77)	(307.526,20)

(a) Refere-se a provisão para garantias prestadas em operações de Coobrigações conforme determinação do Banco Central do Brasil.

21. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Lucros na Alienação de Valores e Bens	26.938,65	20.000,00
Ganhos de Capital	6.894,74	859,35
Total de Receitas Não Operacionais	33.833,39	20.859,35
Perdas de Capital	-	(2.062,39)
Despesas de Provisões Não Operacionais	-	(2.093,92)
Outras Despesas Não Operacionais	(42.522,77)	(23.052,63)
Total de Despesas Não Operacionais	(42.522,77)	(27.208,94)

Resultado Líquido	(8.689,38)	(6.349,59)
--------------------------	-------------------	-------------------

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no 1º semestre de 2018:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	VALORES	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO DE RISCO
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.237.149,05	1,05%	5.023,21
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	350.412,23	0,3%	2.042,13
TOTAL	1.587.561,28	1,35%	7.065,34
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	791.450,00	1,47%	

Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2018:

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	35.323,72	376,66	2%
Conta Garantida	20.046,38	2.004,64	1%
Crédito Rural	1.371.668,75	9.540,65	2%
Empréstimo	6.190.353,78	410.631,26	11%
Financiamento	147.573,46	1.326,00	2%
Títulos Descontados	42.055,80	115,38	1%

NATUREZA DOS DEPÓSITOS	VALOR DO DEPÓSITO	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	TAXA MÉDIA - %
Depósitos a Vista	119.949,24	0,38%	0%
Depósitos a Prazo	58.706,55	0,09%	0,49%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB COOPACREDI.

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS
Desconto de Cheques	3,19%
Empréstimos	1,52%
Financiamento	1,62%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	90,12%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	0,88%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,11%
Credito Rural (modalidades)	0,19%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Crédito Rural	1.578.702,76
Empréstimos e Financiamentos	11.772.362,16
Títulos Descontados	36.000,00

No 1º semestre de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no 1º Semestre de 2018	
Descrição	30/06/2018
Honorários	252.529,79
Gratificações da Administração	21.409,30
Conselheiros de Administração	78.948,00
FGTS Diretoria	23.353,79
INSS Diretoria/Conselhos	78.472,26
Total	454.713,14

23. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB COOPACREDI em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPACREDI responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	68.654.546,57	65.331.366,29
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	11.574.836,73	9.936.752,44
Passivo circulante e não circulante Obrigações por empréstimos e repasses (nota 13)	482.704,63	1.132.633,48

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 31 de dezembro de 2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 27 de fevereiro de 2018, com opinião sem modificação.

24. Gerenciamento de Risco

a. Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

b. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB COOPACREDI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB COOPACREDI aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

a) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

b) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

c) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o SICOOB COOPACREDI possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

c. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB COOPACREDI objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB COOPACREDI aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB COOPACREDI possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

d. Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB COOPACREDI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB COOPACREDI aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de junho de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$24.129.923,16 (30/06/2017 - R\$22.716.919,52), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

26. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

27. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de em 30 de junho de 2018.

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
COFINS	570.989,88	570.989,88	532.282,13	532.282,13
Outras contingências	54.069,38	47.345,37	60.024,17	53.755,99
Total	625.059,26	618.335,25	592.306,30	586.038,12

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPACREDI existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$530.349,21.

29. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017.

Patrocínio (MG), 27 de agosto de 2018.

Celio Machado De Castro
Presidente do Conselho

Givago Jose Rodrigues Borges De Paiva
Diretor Financeiro

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contador – CRC nº: 084.721

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Patrocínio e Região Ltda. – SICOOB COOPACREDI, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, relativos aos semestres findos em 30/06/2018 e 30/06/2017, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPACREDI.

Patrocínio (MG), 31 de agosto de 2018.

Amarildo Francisco Maranhão
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Patrícia Rodrigues Araújo e Simeão
Conselheira Fiscal – Secretária

Anderson Crespo Coutinho
Conselheiro Fiscal Efetivo